

GREVE

DOCENTE

FEDERAL

Orçamento • Reajuste • Carreira
• Revogação • Aposentadoria

ANDES

SINDICATO NACIONAL



CONJUNTURA NACIONAL

E A DISPUTA DO ORÇAMENTO PÚBLICO

A substituição da Emenda Constitucional 95 pelo Arcabouço Fiscal, aprovado em 2023, coloca em foco a disputa pelo fundo público e da dívida pública. Não bastasse as limitações colocadas pelo Arcabouço Fiscal, o Congresso Nacional aprovou no final do ano passado um valor recorde para emendas parlamentares no Orçamento de 2024. Neste tema, faz-se urgente destacar a disputa histórica pelo fundo público, a qual o ANDES-SN sempre acompanhou atentamente. As emendas compõem um montante reservado no Orçamento da União para ser aplicado conforme a indicação dos(as) parlamentares. É o instrumento utilizado por deputados(as) e senadores(as) para enviar recursos para suas bases eleitorais. Como sabemos, o ano de 2024 é um ano eleitoral em que a disputa por tais emendas se intensifica.

No que tange aos valores destinados, cabe destacar que em 2023, o valor total das emendas ficou em R\$ 37,3 bilhões, sendo ainda maior que o patamar aprovado no Orçamento de 2022, de R\$ 28,9 bilhões. Para o orçamento de 2024, o governo propôs R\$ 37,6 bilhões para as emendas parlamentares, **mas o valor subiu para R\$ 53 bilhões** durante a tramitação do texto no Congresso. Este cenário de valores alicerça o entendimento de que a informação de que não tem verbas para recomposição de orçamentos em 2024 é uma falácia. Hoje, no ranking das

despesas da União, a educação superior figura em sétimo lugar, enquanto a parte do orçamento federal capturada pelo Congresso através das emendas parlamentares atingiu o 6º posto da lista.

Outra questão que se soma às discussões da greve da Educação Federal, no que refere à destinação de orçamento para atender nossas reivindicações, é o aceno do Senado Federal para aumento das remunerações e benefícios do judiciário. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou no dia 17 de abril a “PEC do Quinquênio”, uma proposta que turbinha o salário de juízes(as), membros do Ministério Público (MP), delegados(as) da Polícia Federal, defensores(as) e advogados(as) públicos(as). A PEC garante aumento de 5% dos salários a cada cinco anos, até o limite de 35%, para as carreiras descritas na proposta.

O governo afirma que não há orçamento para o funcionalismo público, mas não é verdade. Os(as) auditores(as) fiscais ficaram 80 dias em greve e conquistaram o reajuste acima de 20%. Mesmo sem greve, o governo concedeu 23% de reajuste para o funcionalismo do Banco Central e anunciou reajuste salarial e reestruturação das carreiras da Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal, cujos salários podem chegar a R\$40 mil reais. Todos esses aumentos foram concedidos para este ano de 2024.

Somado ao cenário de interesses do legislativo, faz-se urgente evidenciar que, mesmo em meio ao cenário de precarização da educação federal brasileira, com mesas de negociações em curso com este setor e greves sinalizadas, o governo anunciou a criação de 100 novos institutos federais. A iniciativa, por meio do Novo PAC, terá investimento de R\$ 1,4 bilhão será voltado para a consolidação das unidades dos IFs já existentes e de R\$ 2,5 bilhões para criação de novos campi. Apesar de considerarmos fundamental o investimento de R\$ 1,4 bilhão na consolidação de campi existentes, entendemos que sem resolver o problema da recomposição orçamentária de todas as instituições federais existentes, incluindo os diversos campi do Institutos Federais que não recebem orçamento de capital há anos, a expansão seguirá o modelo precarizado do REUNI. Entendemos, com isso, que uma expansão efetiva só será possível quando as pautas da greve federal da educação em relação ao orçamento forem plenamente atendidas.

Outro ponto de correlação de forças é a defesa da destinação do fundo público para Instituições Públicas, diante das evidências de repasse do fundo público para instituições de ensino privadas com fins lucrativos. Tal fato evidencia a escolha governamental por uma política educacional gestada para atender as demandas privadas de grupos empresariais, como é o caso da Fundação Lemann, que aparelham o Ministério da Educação.

Além desse cenário político de disputas e dificuldades, na conjuntura atual do Brasil, o CNG do ANDES solidariza-se com as vítimas da catástrofe climática que ocorre no Rio Grande do Sul. Neste momento, a exemplo do ocorrido na pandemia da COVID-19, as organizações públicas

são como fundamentais em todas as linhas de enfrentamento. Inclusive, os Institutos Federais e Universidades Federais do RS foram listados pelo governo federal como pontos de apoio para acolhimento e ação na catástrofe. Cabe refletir que mesmo estando com as estruturas defasadas e orçamento que mal custeia a continuidade das atividades básicas seguimos atuando como ponto de apoio. Ademais, partimos da compreensão de que incluir no nosso cotidiano o debate sobre a crise climática como algo concreto, diário, em diferentes formas, é tarefa emergente e que recai, sobremaneira, sobre as instituições públicas de educação. Combater o negacionismo climático daqueles que estão no poder e que, em nome de um Estado Mínimo aos pobres, economizam em prevenção, é tarefa imediata. A disputa tem se dado na construção de consciências. Cabe ressaltar, ainda, que os subsídios técnico-científicos produzidos pelas universidades Federais do RS estão sendo utilizados pela Defesa Civil do estado para enfrentar essa catástrofe.

Assim sendo, espera-se dos Comandos Locais de Greve debates no sentido do amadurecimento da politização do movimento paredista, com discussões, por exemplo, sobre o desmantelamento do serviço público brasileiro e sua relação com o avanço da crise climática e o desmonte da política ambiental e suas consequências. O debate do impacto da dívida pública não auditada sobre o orçamento público; a importância da luta pela recomposição dos orçamentos das IFES para manutenção da assistência estudantil, bem como, o papel do orçamento de assistência estudantil, ainda, o fim do piso para educação e saúde públicas são questões relevantes pautadas pelo ANDES-SN. ●





HISTÓRICO DAS NEGOCIAÇÕES



Faz-se importante destacar que, no âmbito do FONASEFE, organizamos debates sobre a questão orçamentária apresentando para o conjunto da categoria os fundamentos de nossas reivindicações, **refutando a ideia de que o governo não tem dinheiro**. Retomar o histórico da construção da greve da Educação Federal nos elucida as importantes tentativas de diálogo:



- 11/07/2023: Assinatura do protocolo e primeira reunião da Mesa Central da **Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)**. A MNNP é formada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE), pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (FONACATE) e pelas Centrais Sindicais.



- A MNNP teve reuniões, com participação do ANDES-SN, nas datas: 11/07/2023; 25/07/2023; 10/08/2023; 29/08/2023; 16/11/2023; 18/12/2023; 28/02/2024; 10/04/2024.

- A primeira **proposta de reajuste salarial foi apresentada logo após a instauração da MNNP**: recomposição salarial das perdas salariais de docentes do Magistérios Superior Federal e EBTT, no período de 01/07/2010 a 30/06/2023 (considerando a inflação acumulada e os reajustes realizados), totalizando 53%.



Mesmo com toda nossa disposição em negociar, o governo demorou oito meses para responder a proposta da bancada sindical. A proposta, como já mencionamos, foi protocolada em julho de 2023 e somente no dia 18 de dezembro de 2023 o governo, na 6ª Mesa Central da MNNP, apresentou sua proposta que foi oficializada no dia 21 de dezembro. Em 31 de janeiro de 2024, a bancada sindical apresentou uma contraproposta ao governo na Mesa Central da MNNP. Nessa proposta considerou-se não mais, para essa atual negociação, a referência de perdas inflacionárias do período de 2010 a 2023, fundamento da proposta inicial, mas as perdas a partir do Golpe de 2016 a dezembro de 2023, bem como as projeções de inflação de 2024 e 2025. Foi a proposta:

1. Compromisso do governo em abrir negociação acerca das perdas salariais históricas a partir de julho de 2010;
2. Para negociação imediata reivindicam-se os percentuais abaixo correspondentes às perdas salariais decorrentes a partir do governo Temer (desde 1º de setembro de 2016) até dezembro de 2023 acrescidas das projeções inflacionárias dos anos de 2024 e 2025;
3. Reajuste de 22,71% dividido em 3 parcelas iguais de 7,06% nos meses de maio de 2024, 2025 e 2026.

Após pressão da bancada sindical, em 28 de fevereiro de 2024, o governo realizou a 7ª Mesa Nacional da MNNP. Nessa reunião, insistindo na postura de não negociar, o governo desconsiderou totalmente a contraproposta da bancada sindical e reafirmou a sua proposta anterior, reforçando nenhum reajuste para o ano de 2024. Diante da insistência do governo em ignorar os esforços dos servidores públicos, a nossa categoria deliberou no 42º Congresso do ANDES-SN pela a “construção de uma greve do ANDES-SN e do setor da educação, no primeiro semestre de 2024, tendo como horizonte a construção de uma greve unificada no funcionalismo público federal em 2024.”

A promessa era de recomposição orçamentária e salarial em 2024, mas categorias foram surpreendidas com a proposta de 0% de reajuste salarial e duas parcelas de 4,5% para 2025 e 2026, além de um orçamento de custeio das universidades federais inferior aos praticados nos anos anteriores: em 2014 foram executados R\$10,1 bilhões; em 2022, foram executados R\$6,8 bilhões; em 2023, R\$6,5 bilhões e a Lei de Orçamento Anual de 2024 (LOA) das universidades federais prevê R\$5,9 bilhões (IPCA-IBGE, 2024).

Com a falta de respostas nas rodadas de negociações e com um contexto político em que vimos legislativo e executivo se mobilizar em favor de outras prioridades que não Educação, a base do ANDES-SN, a partir de rodadas de assembleias, indicou o início da greve dos docentes federais para 15 de abril. Após a deflagração da greve, no dia 19 de abril, o governo ofereceu proposta de 0% para 2024, 9% para 2025 e 3,5% para 2026. Uma nova rodada de assembleias da nossa categoria recusou a proposta rebaixada do governo e reforçou a necessidade de lutarmos por 22,71% de reajuste nos próximos três anos, com reajuste ainda em 2024.

Não aceitaremos 0% em 2024. Não permitiremos que nossos(as) aposentados(as) sejam ignorados(as) neste processo de negociação. Enquanto não houver avanço nas pautas da greve federal da educação, com destaque para a recomposição orçamentária das instituições e recomposição salarial, a greve continua! ●





FORTALECIMENTO DA GREVE FEDERAL DOCENTE

Hoje são 50 Instituições de Ensino Superior em Greve. Salientamos que este crescimento no número de Universidades, Institutos Federais, CEFETs e Colégios de Aplicação com greve deflagrada, demonstra que estamos em um momento de pleno fortalecimento da greve. Além disso, o retorno das bases do ANDES-SN mostra a disposição de mobilização da categoria com o aumento no número de docentes participantes nas assembleias de deliberação das propostas do CNG, além de maior participação nas ações propostas pelos Comandos Locais de Greve. A marcha do dia 17 de abril também foi um momento importante que evidenciou não só a força da greve das(os) docentes e TAE's, mas do movimento estudantil.

Outro elemento importante na conjuntura, passa pela compreensão do Comando Nacional de Greve de que se trata de uma greve forte da Educação, e em especial, na base do ANDES-SN, inclusive com deflagração de greve em algumas instituições ligadas ao braço sindical do governo, o Proifes. A greve foi deflagrada na Universidade Federal de Santa Catarina, na Universidade Federal de Goiás, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e na Universidade Federal da Bahia (APUB). Os dirigentes que se dizem responsáveis por representar algumas instituições, e que se colocam ao lado da banca governamental, foram atropelados por robustas decisões da categoria docente em suas bases. Os cenários de deflagração da greve nessas bases reforçam a necessidade do método histórico do ANDES-SN, qual seja, ouvir as reivindicações de suas bases e fortalecer o espaço das assembleias.



Apesar de considerarmos que há enrolação e omissão do governo no andamento das negociações, é preciso mencionar três pontos que, na avaliação do CNG, representam avanços parciais oriundos da greve: a movimentação do governo no anúncio do reajuste de 2025 de maio para janeiro; o reajuste dos auxílios; reunião com a Secretaria de Ensino Superior (SESU) para debate sobre o conjunto de intervenções que ainda está em curso no país; e a reunião para tratar de questões específicas dos Colégios e Escolas de Aplicação das universidades federais. No entanto, há muito ainda que avançar neste processo de negociação em curso e, com isso, precisamos fortalecer a greve em nossa base, e fortalecer a unidade possível com as demais entidades da educação. ●

ENCAMINHAMENTOS

Considerando o acúmulo do debate e avaliação dessas três semanas de greve, o CNG compreende que é momento de amplo fortalecimento das ações, tanto em Brasília, quanto nos CLGs. Para isso, indicam-se alguns encaminhamentos:

- **Que as bases enviem delegados (as) e observadores (as) para composição do CNG:** além de fundamental para a realização das manifestações em Brasília, o CNG precisa ter contingente para a composição das comissões e coordenação das atividades a serem realizadas em todo o país;
- **Que os CLGs promovam debates e discussões** sobre o desmantelamento do serviço público brasileiro e sua relação com o avanço da crise climática; o impacto da dívida pública não auditada sobre o orçamento público; a importância da luta pela recomposição dos orçamentos das IFEs para manutenção da assistência estudantil, a importância das ações de pesquisa e extensão realizadas nas IFEs e sua relação com a proposta de revogação, ainda, o debate sobre os pisos da educação e saúde.
- **Construção de caravanas** para a Marcha a Brasília no dia 22 de maio.
- **Exercer pressão na câmara de deputados, via os (as) deputados (as) federais de partidos de esquerda e centro-esquerda de cada estado:** indica-se que cada CLG articule ações de comunicação que acionem os deputados (as) de cada estado, no sentido de que se posicionem a favor das pautas da greve nacional da educação federal (a exemplo, de envio de e-mails aos parlamentares e abordagens presenciais nos gabinetes e redes sociais).
- Construir o dia **09 de maio como Dia Nacional de Luta nas Universidades, Institutos e Cefets** debatendo o tema da Recomposição dos Orçamentos, Democracia e Paridade entre ativos e aposentados (as).
- **Construção de atos conjuntos** em frente às residências de Lira e Pacheco na próxima semana, em Brasília.
- **Construir agenda local de luta em frente às reitorias no dia 13 de maio**, bem como, será intensificado o ato-vigília em frente ao MEC durante a Mesa Setorial da Educação.



ANDES

SINDICATO NACIONAL

Em vista da análise realizada neste boletim,
O COMANDO NACIONAL REITERA
SEU COMPROMISSO COM A BASE
DO ANDES-SN,

no sentido de encampar todos os esforços para
fazer prevalecer os pontos de nossa pauta
e de apresentar nas mesas de negociação

APENAS AQUELAS
PROPOSTAS QUE FORAM
DISCUTIDAS E APROVADAS
PELA BASE

Rejeitaremos qualquer acordo fechado
unilateralmente pela federação golpista
que, em 2012, traiu o movimento
grevista dos docentes.